

Textos para discussão

211

**Impactos econômicos da
Copa do Mundo de 2014:
projeções superestimadas**

**Marcelo Weishaupt Proni
Leonardo Oliveira da Silva**

Outubro 2012

Instituto de Economia
UNICAMP

Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas

Marcelo Weishaupt Proni
Leonardo Oliveira da Silva

Resumo

Há grandes expectativas quanto aos legados promovidos pela realização de um megaevento esportivo, tal como a Copa do Mundo de Futebol. Mas, não é tarefa simples a mensuração dos impactos econômicos no país que hospeda um megaevento. O objetivo deste texto é contribuir para o debate acerca dos prováveis efeitos da Copa no Brasil, em 2014. A argumentação se divide em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, é feita uma breve menção às estimativas dos impactos econômicos da Copa do Mundo na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010). Na segunda, são examinados os preparativos para a Copa no Brasil, com foco em três aspectos: organização, legislação e infraestrutura. Na terceira, procura-se mostrar que os efeitos esperados da Copa de 2014 foram superestimados nas projeções divulgadas pelo governo federal. Ao final, procura-se questionar o papel do Estado e argumentar que os benefícios e os ônus não são distribuídos de forma equitativa entre segmentos econômicos, entre grupos sociais ou entre as cidades sedes.

Palavras-chave: Copa do Mundo de Futebol; economia do esporte; megaevento esportivo.

Introdução

O Brasil sediará a próxima edição da Copa do Mundo FIFA de Futebol, que será disputada entre 12 de junho e 13 de julho de 2014. Trata-se de um megaevento que exige um enorme esforço de organização e elevados gastos (estimados inicialmente em mais de R\$ 26 bilhões), cujo principal financiador é o Estado. Para justificar os gastos na preparação da Copa, o governo federal tem destacado os muitos benefícios decorrentes de sediar este megaevento esportivo, principalmente os impactos econômicos e os legados para a sociedade em geral. Por exemplo, Orlando Silva, então Ministro do Esporte, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 2 de abril de 2011, afirmava o seguinte:

É um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza. [...] A Copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos permanentes até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários. [...] A Copa estimula a melhoria do transporte coletivo nas nossas principais cidades (SILVA, 2011).

Por sua vez, Luiz Barretto, então Ministro do Turismo, em entrevista publicada no site do Ministério do Turismo em junho de 2009, defendeu a realização dos megaeventos esportivos como forma de promover o turismo nacional e identificou os principais desafios a serem enfrentados:

A Copa do Mundo é uma das maiores, talvez a maior oportunidade do turismo brasileiro neste século. É uma grande chance de o Brasil se tornar mais conhecido, dar um salto de qualidade e, ao mesmo tempo, acelerar obras de infraestrutura que talvez, se não fosse a Copa, demorassem mais tempo. O principal legado de um evento como a Copa do Mundo é acelerar ações de qualificação profissional ou investimento em infraestrutura. [...] A Copa ajuda, mas não é a panaceia para resolver todos os problemas de uma hora para a outra. Acho que há temas gerais que são fundamentais, como a mobilidade urbana, os transportes públicos, a questão dos aeroportos, das arenas esportivas. Sem arena esportiva, sem uma melhoria na mobilidade urbana, sem um sistema aeroportuário melhor e sem uma rede hoteleira adequada, você não tem uma boa Copa do Mundo. Em relação ao turismo, há quatro temas fundamentais: hotelaria, qualificação profissional, promoção e infraestrutura (MINISTRO..., 2009).

Entretanto, a opinião de que a Copa significará uma inestimável fonte de benefícios não é unânime. Por exemplo, às vésperas da edição mais recente do torneio, o economista Fernando Ferrari Filho, da UFRGS, dizia que países em desenvolvimento tendem a ter mais custos que benefícios: “Para países com boa infraestrutura, que precisam investir menos, a taxa de retorno será mais atraente. Mas em casos como da África do Sul e do Brasil, que necessitam construir quase tudo, minha avaliação é de que haverá mais custo do que benefício” (ILHA, 2010).

Para vários especialistas do mercado financeiro, entrevistados também em junho de 2010, é muito difícil estimar o impacto sobre o crescimento do PIB, dependendo da efetivação de investimentos privados, o que por sua vez depende da previsão de demanda futura nos respectivos segmentos econômicos. As obras em infraestrutura são vistas como fundamentais para o desenvolvimento do País, mas a construção de estádios com recursos públicos poderá desviar verbas que seriam usadas em outros projetos estratégicos. A economia brasileira vinha se expandindo a taxas relativamente altas e muitas obras (por exemplo, a modernização dos portos e aeroportos) já estavam previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Neste caso, a Copa do Mundo ajuda a estabelecer um cronograma e a justificar certas medidas adotadas. “Muitos números, no entanto, têm sido superlativos e alguns especialistas já fazem o alerta: há desafios e o impacto da Copa [...] pode não ter a magnitude imaginada” (ZAMPIERI, 2010).

Em 2011, à medida que o crescimento econômico desacelerava, algumas vozes começavam a alertar para o risco de a Copa acarretar impactos negativos após o torneio, seja no setor hoteleiro, seja na manutenção dos estádios. Com relação aos hotéis, há uma séria preocupação de agentes do setor quanto à superoferta de leitos em algumas regiões depois da realização do torneio. Segundo José Manuel Campeses, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia, pode aumentar a capacidade ociosa no setor: “A taxa de ocupação deve cair. É preocupante o número de empreendimentos. Temos que nos preparar” (SALGADO, 2011). Com relação aos estádios, o jornalista Juca Kfourri denunciava a “orgia de construção de novos estádios”, que, dentre outras consequências, criará estádios sem potencial de se sustentarem financeiramente, devido à falta de público: “[...] estão em construção estádios em Cuiabá, em Manaus e em Brasília, onde nem futebol realmente profissional há” (KFOURI, 2011, p.10).

Apesar de não abarcarem todas as visões sobre os potenciais benefícios e/ou prejuízos da realização da Copa no Brasil, as divergentes posições explicitadas acima revelam a existência de um debate marcado por desencontro de informações. Além disso, sabe-se que há interesses implícitos nos diferentes discursos, uma vez que as opiniões provêm de representantes do governo, de setores empresariais ou da mídia especializada. Sem pretender esgotar o tema, o propósito deste estudo é subsidiar o debate sobre os efeitos da realização da Copa de 2014 no Brasil, sobretudo no que se refere à superestimação dos impactos econômicos deste megaevento, buscando evitar uma visão maniqueísta ou uma análise simplista das questões envolvidas.

O texto está dividido em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, é feita uma breve menção às estimativas dos impactos econômicos da Copa do Mundo na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010). Na segunda, são examinados os preparativos para a Copa no Brasil, com foco em três aspectos: organização, legislação e infraestrutura. Na terceira, procura-se mostrar que os efeitos esperados da Copa de 2014 foram superestimados nas projeções divulgadas pelo governo federal.

Cabe esclarecer que, nos últimos anos, tem crescido o número de estudos acadêmicos no campo da Economia do Esporte (PRONI, 2010). Inclusive, já é possível identificar a existência de um referencial teórico-analítico em formação sobre os impactos econômicos e os legados de megaeventos esportivos (OLIVEIRA DA SILVA, 2011). A análise feita aqui se baseou em levantamento bibliográfico, análise

documental, consulta a fontes oficiais de informação e, de forma complementar, em consulta a sites na internet de jornais e revistas de grande circulação. A imprecisão de algumas informações dificulta um exame exaustivo e satisfatório de todos os aspectos relevantes. De qualquer modo, a sistematização das informações disponíveis propicia um panorama abrangente do processo de preparação para este megaevento. E não compromete a demonstração do caráter especulativo das projeções que têm sido realizadas e divulgadas na mídia nacional.

1 Impactos econômicos das Copas de 2006 e 2010

A disputa para sediar uma Copa do Mundo de Futebol, sem dúvida, extrapola o meio futebolístico e envolve pesados interesses econômicos e políticos. Sob o ponto de vista econômico, sediar a Copa do Mundo pode ser visto como um direito que o país sede (ou a confederação de futebol do mesmo) adquire ao ser escolhido pela FIFA. Para maximizar seus ganhos com esta concessão, a entidade organiza uma competição entre os países candidatos. Como um monopolista encarando um grupo de postulantes à sede, a FIFA é capaz de extrair a maior parte dos benefícios financeiros associados ao evento (DU PLESSIS; MAENING, 2007).

O país escolhido e a FIFA assinam um contrato que regula o fluxo de benefícios associados com o torneio, cuja principal fonte vem dos direitos comerciais e de imagem (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade etc.). Dentre as várias cláusulas deste contrato, existe uma, por exemplo, que determina que num raio de 1 quilômetro do estádio e ao longo das principais rodovias de acesso, o comércio é exclusividade das empresas que compraram o direito de associarem suas marcas ao torneio. Outra cláusula importante se refere aos direitos de transmissão, que, dentre outras medidas, estabelece severas sanções aos responsáveis em caso de desrespeito aos mesmos. Juntos, os direitos de TV e os contratos de marketing são responsáveis pelo principal fluxo de receitas da Copa.

Há, evidentemente, uma grande preocupação com a qualidade do espetáculo que será transmitido ao vivo para centenas de países. Ao mesmo tempo em que procuram valorizar os produtos associados com o megaevento, a FIFA e o Comitê Organizador precisam oferecer garantias de retorno financeiro para todos os parceiros econômicos. Portanto, tudo é feito para que a realização da Copa do Mundo seja bastante lucrativa para a FIFA, para os organizadores locais e para as emissoras de TV, além de propiciar retornos garantidos para os patrocinadores (FIFA, 2011).

Mas, e o país sede? Que benefícios o conjunto da sociedade ganha em troca do esforço de sediar o mais famoso torneio de futebol do planeta? Os benefícios normalmente prometidos são: melhorias na infraestrutura de transporte, geração de empregos, estímulo ao turismo e boas perspectivas de negócios. Contudo, há uma grande variedade de métodos para estimar tais benefícios (BURNETT, 2008). E há diferenças expressivas nas condições prévias dos países que sediam o torneio, prevalecendo a ideia de que nos países em desenvolvimento os custos com a infraestrutura são geralmente maiores, o que aumenta o risco de problemas, mas ao mesmo tempo os benefícios esperados também são maiores.

Como é amplamente sabido, as duas edições mais recentes da Copa do Mundo de Futebol aconteceram em países bastante diferentes entre si. A edição de 2006 teve lugar na Alemanha, um dos países mais desenvolvidos do mundo e maior potência econômica da Europa. A edição de 2010 aconteceu na África do Sul, país em desenvolvimento marcado por elevados níveis de pobreza e desigualdade social.

O ponto a ser enfatizado é o seguinte: os efeitos imediatos de um megaevento esportivo como a Copa do Mundo, assim como seus legados mais duradouros, são bastante diferentes entre países que possuem estágios de desenvolvimento econômico distintos. Países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para um evento desse porte, aumentando consideravelmente os riscos e custos de oportunidade. Por outro lado, o custo do trabalho é relativamente mais baixo, podendo representar custos operacionais e de infraestrutura menores. Por fim, como os países em desenvolvimento apresentam importantes déficits em termos de infraestrutura de transporte e comunicação, a realização da Copa pode contribuir para sanar parte dessa defasagem (BOHLMANN; VAN HEERDEN, 2008).

Com relação à Copa da Alemanha, avaliações posteriores ao torneio têm revelado que os impactos econômicos promovidos por megaeventos esportivos estão longe de se aproximarem dos grandes números apresentados pelas estimativas em estudos ex-ante, ao passo que os custos com a preparação e a organização da Copa foram maiores do que se calculava. Ao final, os principais beneficiados pela realização do torneio foram a FIFA e a liga nacional, a DFB (BRENKE; WAGNER, 2006).

Um estudo do grupo Postbank estimou que o impulso econômico da Copa do Mundo de Futebol poderia chegar a dez bilhões de Euros – o equivalente, na época, a 0,5% do produto interno bruto alemão. Contudo, tratava-se de uma projeção exageradamente otimista (GUISELINI, 2008). Embora seja muito difícil mensurar os efeitos macroeconômicos, estima-se que os investimentos realizados em razão da Copa equivaleram a apenas 0,4% do total dos investimentos realizados na economia alemã no mesmo período. O órgão federal alemão responsável pelos dados de emprego sugere que a Copa gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos na economia alemã, a maior parte deles temporários, o que representa parcela pouco significativa do mercado de trabalho alemão, que empregava por volta de 40 milhões de trabalhadores em 2006. Os hotéis verificaram uma diminuição de 2,7% na taxa de ocupação em relação ao mesmo mês do ano anterior ao da Copa, comprovando a existência de um “efeito esvaziamento” (ou “deslocamento”). A queda na taxa de ocupação, entretanto, foi compensada pelo aumento das tarifas. O aeroporto de Frankfurt verificou um aumento de apenas 1,7% no número de passageiros no período do torneio (DU PLESSIS; MAENING, 2007).

Talvez os maiores benefícios alcançados pela Alemanha por meio da Copa do Mundo de Futebol tenham sido o fortalecimento da identidade nacional e do orgulho cívico (MANNING; PORSCHE, 2008), assim como a melhoria da imagem do país no exterior (ALMERS; MANNING, 2008). De acordo com o Anholt Nations Brand Index (NBI), índice utilizado para ranquear as nações no que se refere à percepção internacional de suas “marcas”, a Alemanha saltou do quinto lugar em 2005 para o segundo lugar em 2006, logo após a realização da Copa.

No que se refere aos legados, pelo fato de se tratar de um país com elevado nível de desenvolvimento e com uma infraestrutura bastante completa, a Copa significou para a Alemanha poucas melhorias (considerando que a modernização do sistema de transporte ferroviário, por exemplo, seria feita mesmo sem a Copa). Podemos considerar a construção e reforma dos 12 estádios que abrigaram os jogos da Copa como um dos principais legados deixados pela realização do megaevento, tendo em vista o intenso uso regular dos mesmos (GUISELINI, 2008).

Na África do Sul, as expectativas antes do evento eram bastante otimistas (KUPER; SZYMANSKI, 2009). Inspirados pela propaganda do governo, os sul-africanos acreditavam que a Copa contribuiria

para a injeção de bilhões de dólares na economia local e a criação de centenas de milhares de empregos, trazendo uma melhoria generalizada na qualidade de vida da população, que poderia usufruir do legado em infraestrutura. O governo anunciou que investiria cerca de US\$ 5,4 bilhões em infraestrutura, incluindo a melhoria de estradas e aeroportos. A expectativa do governo era de que, somados todos os efeitos multiplicadores, haveria a criação de 695.000 empregos (diretos e indiretos). Além disso, haveria um acréscimo de 0,54% no PIB do país em 2010. De acordo com estudo ex-ante da consultoria Grand Thornton (SAUNDERS, 2010), o acréscimo total na demanda agregada da economia sul-africana seria da ordem de US\$ 7,5 bilhões, incluindo o turismo, e os impactos totais esperados eram da ordem de US\$ 12,7 bilhões (60% durante a preparação e 40% no ano do megaevento). Com relação ao turismo, eram esperados 373.000 visitantes estrangeiros, que injetariam cerca de US\$ 1,1 bilhão na economia.

Por sua vez, um estudo ex-post feito por esta empresa de consultoria mostra que a média de ocupação dos hotéis aumentou em 61% no período do torneio (GRAND THORNTON, 2011). Os gastos com cartões apresentaram elevação de 55% e as vendas no varejo registraram expansão de 7,4%. A indústria de alimentos e bebidas cresceu 10,4% e o mercado de cerveja sozinho teve uma elevação de 12%. Além de contribuir para aquecer a economia do País, a Copa melhorou a percepção internacional com relação à África do Sul, impulsionou o turismo e gerou um sentimento de orgulho nacional. Aproximadamente 350 mil visitantes estrangeiros gastaram quase 8 bilhões de Rands (cerca de R\$ 1,7 bilhão) durante o megaevento, totalizando um impacto econômico de 18 bilhões de Rands (R\$ 3,9 bilhões). Porém, esta estimativa difere de uma elaborada pelo National Department of Tourism (NDT) da África do Sul em conjunto com a South African Tourism (SAT), segundo a qual o mundial da FIFA levou ao país africano 309.554 turistas, que no conjunto gastaram cerca de 390 milhões de Euros (R\$ 972 milhões).

De fato, avaliações mais criteriosas têm demonstrado que os benefícios tangíveis alcançados ficaram muito longe do que havia sido prometido. Por exemplo, o efeito efetivo sobre o PIB em 2010 foi calculado entre 0,2% e 0,3% (AMATO, 2010). É provável que a crise econômica internacional, que emergiu em 2008, tenha restringido o retorno potencial da Copa do Mundo. Por outro lado, os investimentos em infraestrutura ajudaram a evitar que a economia da África do Sul entrasse imediatamente em recessão. Mas, não foram capazes de evitar a perda de um milhão de empregos antes do torneio.

Do ponto de vista da geração de empregos, o resultado foi realmente decepcionante (COTTLE, 2010). A previsão inicial de 695 mil novos postos de trabalho considerava que mais da metade seriam temporários, mas se esperava que 280 mil seriam conservados em 2010. Contudo, em razão da crise, foi registrada uma redução de 4,7% do total de ocupados na África do Sul (627 mil trabalhadores) só no trimestre imediatamente anterior à realização da Copa. Na indústria da construção, os empregos criados desapareceram assim que os projetos foram concluídos.

Quanto aos legados, dos 10 estádios construídos para a Copa, apenas um (Soccer City, em Johannesburgo) é capaz de gerar dividendos que cobrem seus custos. O restante gera custos elevados que são pagos com o dinheiro público. Por outro lado, não se pode negar que a Copa deixou um legado positivo em infraestrutura, especialmente no que se refere aos meios de transporte. E os maiores benefícios para a África do Sul, apesar de controversos, talvez tenham sido a melhora da imagem do país no cenário internacional e o fortalecimento do sentimento de orgulho da população.

Finalmente, convém frisar que a Copa na África do Sul não contribuiu para reduzir as desigualdades sociais. Por um lado, a grande maioria dos empregos temporários gerados pagavam baixos salários e não

houve redução significativa na taxa de desemprego no país, mesmo antes da crise. Por outro, as principais melhorias trazidas para a infraestrutura urbana acabaram beneficiando mais a classe média, enquanto os principais estímulos econômicos foram apropriados por segmentos da classe empresarial (DUMINY; LUCKETT, 2012).

Em suma, por motivos óbvios, os cenários projetados pelos estudos realizados ou encomendados por instituições que têm interesse na realização de um megaevento esportivo são geralmente muito otimistas. Há, porém, sérios motivos para questionar a confiabilidade dessas previsões (TUROLLA, 2009). Além da desconfiança gerada pelos interesses (políticos e econômicos) envolvidos em tais projeções, as experiências anteriores têm demonstrado que estimativas ex-ante são quase sempre superestimadas. Avaliações feitas posteriormente à realização de uma Copa do Mundo não têm encontrado evidências que comprovem os números divulgados anteriormente pelos governos ou empresas diretamente comprometidas com a realização do megaevento. Ao contrário: fica evidente que as projeções de impactos econômicos muito positivos serviram apenas para justificar os elevados investimentos públicos. Mas, considerar todos os gastos governamentais na preparação para uma Copa do Mundo como potenciais geradores de benefícios é ignorar os custos de oportunidade (ou seja, não é considerado o uso alternativo do dinheiro para a construção de hospitais, escolas ou mesmo para benefícios fiscais ao setor privado).

Nesta seção, foram mencionados brevemente os distintos impactos econômicos verificados nas duas últimas edições da Copa, que foram realizadas em nações com graus de desenvolvimento muito distintos. Antes de analisar os impactos esperados no Brasil, convém apresentar uma descrição do planejamento e da preparação em curso para o torneio.

2 A preparação para a copa do mundo no Brasil

Em uma cerimônia festiva no dia 30 de outubro de 2007, na sede da FIFA, em Zurique, o Brasil foi anunciado como a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Como demonstração da importância do anúncio para o país, a delegação brasileira presente no evento era numerosa. Entre seus componentes estavam autoridades como o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, 12 governadores de Estado, ministros e senadores. Também faziam parte da comitiva personalidades como o escritor Paulo Coelho e o ex-jogador de futebol Romário, entre outros. O anúncio daquela manhã de terça-feira significava que o Brasil seria novamente, depois de 64 anos, a sede da maior competição de futebol do mundo. A escolha aconteceu no contexto da política de rodízio de continentes, implementada pela FIFA a partir da Copa da África do Sul em 2010.

A Copa de 2014 será a vigésima na história das Copas e ocorrerá pela quinta vez na América do Sul, onde foi disputada pela última vez na Argentina, em 1978. A competição será disputada em 64 jogos, entre os dias 12 de junho e 13 de julho, e contará com a participação de 32 seleções nacionais. Os jogos acontecerão em 12 cidades sedes, a despeito da preferência inicial da FIFA por apenas 10. Tal preferência deve-se a uma questão de economia, já que cada cidade sede tem de ter seu próprio centro de imprensa, hotéis oficiais, campos de treinamento, equipe de voluntários, entre outras fontes de custo. Para a FIFA, em um torneio como a Copa, com 64 jogos, dez sedes seria um número razoável. Em média, cada cidade receberia seis jogos em um mês. Mas, como o Brasil tem dimensões continentais, para contemplar a diversidade regional e as demandas políticas a CBF conseguiu aprovar um número maior de sedes.

A escolha das cidades sede, de acordo Jerome Volcke, secretário-geral da FIFA, obedeceu a critérios técnicos, com base nas visitas dos técnicos da entidade às cidades postulantes e nos projetos apresentados por elas. Além dos estádios, aspectos como a rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer foram levados em conta na hora da escolha. O anúncio das cidades escolhidas foi feito no dia 31 de maio de 2009 e contemplou as seguintes localidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As cidades preteridas foram: Belém (PA), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Maceió (AL) e Rio Branco (AC).

Figura 1
Cidades que receberão as partidas da Copa



Em 20 de outubro de 2011 foi divulgada a tabela de jogos da competição, contendo informações a respeito dos jogos que cada cidade irá receber. As informações estão resumidas no Quadro 1.

Quadro 1
Cidades Sedes e número de jogos da Copa do Mundo

Cidade	Quantidade de jogos	Jogos que irá se diar além dos 4 da primeira fase
Belo Horizonte	6	1 oitava de final e 1 semifinal
Brasília	7	1 oitava de final, 1 semifinal e a disputa de 3º lugar
Cuiabá	4	0
Curitiba	4	0
Fortaleza	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
Manaus	4	0
Natal	4	0
Porto Alegre	5	1 oitava de final
Recife	5	1 oitava de final
Rio de Janeiro	7	1 oitava de final, 1 quarta de final e a final
Salvador	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
São Paulo	6	abertura, 1 oitava de final e 1 semifinal

Fonte: Fifa / Match Schedule

O jogo de abertura, no dia 12 de junho de 2014, acontecerá na cidade de São Paulo. Além da visibilidade proporcionada pelo primeiro jogo da Copa, a cidade que recebe a partida inaugural sedia também o Congresso Anual da FIFA uma semana antes do início dos jogos. A grande final acontecerá na

cidade do Rio de Janeiro, no estádio do Maracanã, o “templo sagrado” do futebol mundial. As cidades que mais receberão jogos serão Brasília e Rio de Janeiro, com 7 jogos cada uma. As cidades de Cuiabá, Curitiba, Manaus e Natal receberão apenas os 4 jogos da primeira fase.

A Copa do Mundo de Futebol exige do país sede uma gama de medidas preparatórias, de modo a torná-lo apto a receber satisfatoriamente a competição, ou seja, aproveitando as oportunidades e evitando os riscos associados a sua realização. Dentre estas medidas, destacaremos a seguir as relacionadas à organização, à legislação e à infraestrutura. Posteriormente, as principais medidas no campo do turismo.

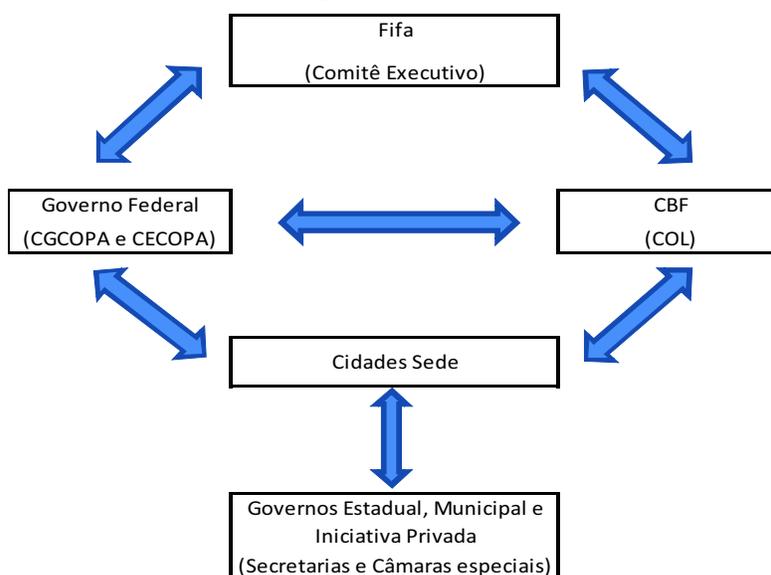
Organização

Em 30 de outubro de 2007, junto com o anúncio oficial do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a FIFA anunciou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como a responsável pela organização da competição no Brasil. A CBF, por sua vez, criou o Comitê Organizador Local para tratar dos assuntos referentes à Copa. De acordo com o documento que trata dos regulamentos da competição, a CBF e o COL estarão sujeitos ao controle e supervisão da FIFA, que terá a última palavra em todos os assuntos referentes à organização do torneio.

A Copa do Mundo de Futebol, entretanto, é um evento que interessa não apenas à FIFA e à CBF e que também não depende apenas das duas entidades para a sua realização. A participação do Estado é imprescindível, seja para a viabilização econômica e legal do evento, seja para a defesa dos interesses nacionais e regionais, mobilizando as esferas federal, estadual e municipal de governo.

Partindo da esfera federal, o Estado se organiza por meio do Comitê gestor da Copa. Em 14 de janeiro de 2010 foi publicado um decreto pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cria o Comitê Gestor da Copa, o CGCOPA 2014. Em 26 de julho de 2011, um novo decreto, este assinado pela presidenta Dilma Rousseff, atualizou o texto e incluiu novos atores na estrutura de governança. A instância tem como principal objetivo definir, aprovar e supervisionar ações previstas no Plano Estratégico do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo da FIFA 2014. Ao todo, 25 ministérios e secretarias com status de ministério integram o CGCOPA.

Figura 2
Organização da Copa



Dentro do CGCOPA, há um núcleo chamado de Grupo Executivo da Copa (GECOPA). Composto por seis ministérios, mais a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Aviação Civil, o GECOPA tem como objetivo coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico Integrado para a Copa 2014. Essas estruturas dialogam, interagem e estabelecem instrumentos de formalização de responsabilidades com o Comitê Organizador Local (COL) da Copa FIFA 2014 e com as 12 cidades sede. Um destes instrumentos de formalização de responsabilidades é a Matriz de Responsabilidade.

A Matriz de Responsabilidade é um documento que atribui a cada um dos signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) obrigações referentes à execução e planejamento de obras de infraestrutura relacionadas à Copa. São obras nas áreas de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos. Ficou definido, por meio deste instrumento, que as obras referentes aos estádios e à mobilidade urbana serão de responsabilidade dos Estados e Municípios e as obras referentes aos portos e aeroportos serão de responsabilidade da União. O instrumento também é importante fonte de informação dos custos e do andamento das obras.

Cada uma das cidades sede conta com sua própria estrutura de governança, determinada pela relação que se estabelece entre as esferas estadual, municipal e privada. Deste modo, constituem-se câmaras e secretarias especiais, que procuram dar conta dos interesses locais e dos compromissos assumidos, por exemplo, na Matriz de Responsabilidade.

Legislação

A Copa do Mundo FIFA de futebol provoca alterações nas leis do país sede. Além das mudanças legais necessárias relativas aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA, que incluem, por exemplo, as sanções que devem ser aplicadas a quem desrespeitar os direitos de imagem e comercialização associados ao evento, há mudanças que partem da iniciativa local e objetivam facilitar e tornar mais eficientes os processos envolvidos no planejamento e execução dos projetos relacionados à Copa.

Com relação às leis referentes aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA, a Lei Geral da Copa é a principal. Ela trata de aspectos como a proteção e exploração dos direitos comerciais (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial), dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros. Outras leis e decretos já foram aprovados, como a lei 12.350 de 20 de dezembro de 2010 e o decreto 7.578, de 2011, que tratam da isenção de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento.

Já em relação à criação de leis que partem exclusivamente da iniciativa do país sede, podemos destacar a lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aplicado às licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e da Copa das Confederações. O objetivo da lei, de acordo com Delfino Natal de Souza, secretário de logística e tecnologia da informação, é “simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas mantendo a transparência e aumentando a competitividade entre os participantes”. Podem ser destacadas também as medidas provisórias 496 e 497. A Medida Provisória 496 permite que as cidades que receberão os jogos da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016 contraiam mais empréstimos para custear as obras relacionadas aos eventos esportivos, mesmo que a dívida total supere a receita líquida desses municípios. A MP 496 foi criada para possibilitar em caráter de excepcionalidade esse grau de endividamento, que é proibido pela Constituição Federal. A Medida Provisória 497 faz mudanças nas leis tributárias, com destaque para a isenção fiscal de obras relacionadas à realização, no

Brasil, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. O texto concede isenção de IPI, Cofins e PIS para os materiais usados na construção de estádios para o Mundial.

Quadro 2
Legislação referente à Copa do Mundo

Leis, Decretos e Medidas Provisórias	Descrição	Objetivo
Lei Geral da Copa	Lei Geral da Copa	Estabelecer as regras para a exploração e proteção dos direitos comerciais, dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros.
Lei nº 12.350, de dezembro de 2010	Lei de Isenção Fiscal	Isenção de tributos federais nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento.
Lei nº 12.462, de agosto de 2011	Regime Diferenciado de Contratações	Simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas relacionadas à Copa.
Decreto nº 7.578, de outubro de 2011	Decreto presidencial	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização da Copa.
MP 496	Medida Provisória	Possibilitar o endividamento das cidades sede além do permitido constitucionalmente
MP 497	Medida Provisória	Isenção fiscal de obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014.

Note-se que, depois de muitas discussões no Congresso Nacional, em razão de pontos polêmicos tais como a autorização de bebida alcoólica nos estádios e a permissão de cobrança de meia-entrada para menores e idosos, a Lei Geral da Copa (Lei n. 12.663) foi publicada em 6 de junho de 2012 no Diário Oficial da União.

Câmaras Temáticas

A Copa do Mundo de Futebol transcende, e muito, a esfera esportiva. Preocupações relacionadas à segurança, ao meio ambiente, à saúde, à infraestrutura, dentre outras áreas, devem estar presentes em sua organização. Deste modo, foram criadas nove Câmaras Temáticas, cada uma responsável por áreas fundamentais à realização do evento. As câmaras se pautam pela proposição de políticas públicas e soluções técnicas eficientes e transparentes, que garantam um legado alinhado aos interesses estratégicos do país. O Comitê Gestor da Copa do Mundo da FIFA 2014 está estimulando a instalação de câmaras, com temas correspondentes, em todas as cidades-sede.

As nove Câmaras são divididas da seguinte maneira: Estádios; Segurança; Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico; Promoção Comercial e Tecnológica; Cultura, Educação e Ação Social; Transparência; e Infraestrutura.

Apesar de não ser possível estabelecer uma hierarquia entre as câmaras no sentido de atribuir maior importância a uma ou outra, deve-se dar especial atenção a duas delas – Estádios e Infraestrutura – pelo fato de constituírem os principais gastos relacionados à Copa. Além disso, as informações relacionadas aos estádios e à infraestrutura são as mais detalhadas e atualizadas.

Infraestrutura

Um evento como a Copa do Mundo de Futebol requer das cidades sedes uma infraestrutura mínima, que dê conta do aumento das demandas provocadas pela sua realização e que satisfaça também

as exigências do espetáculo, cujos detalhes são determinados pela FIFA. Deste modo, todas as cidades sedes passarão por transformações, de modo a se adequarem às necessidades geradas pelo torneio. Tais transformações, realizadas por meio de obras de infraestrutura, podem ser divididas em três áreas principais: Aeroportos e Portos, Estádios e Mobilidade Urbana.

De acordo com a Matriz de Responsabilidade, as obras relacionadas aos aeroportos e portos são de responsabilidade federal, enquanto as obras relacionadas aos estádios e à mobilidade urbana são de responsabilidade municipal e estadual. Em alguns casos, haverá participação do setor privado, como na construção de alguns estádios e nas concessões de alguns aeroportos. A seguir, alguns detalhes das obras nas três áreas.

a) Estádios

Apesar de ser um país com uma grande e rica cultura futebolística, nenhum estádio no Brasil estava apto a receber um jogo de Copa do Mundo, uma vez que a FIFA impõe várias exigências, que vão desde o número mínimo de assentos até o ângulo de visão dos espectadores. Sendo assim, serão construídos ou reformados estádios em todas as cidades que receberão jogos da Copa do Mundo. O Quadro 3 contém informações a respeito do tipo da obra (reforma ou construção), do custo total estimado e da distribuição dos custos por fonte dos recursos.

Quadro 3
Obras em Estádios para a Copa

Cidade	Empreendimento	Investimento	Financiamento	Investimento	Investimento
		Global (R\$ mi)	Federal (R\$ mi)	Governo Local (R\$ mi)	Iniciativa Privada (R\$ mi)
Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Mineirão	695	400	295	-
Brasília	Reforma do Estádio Mané Garrincha	745	400	345	-
Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	519	285	234	-
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma)	234	123	14	97
Fortaleza	Reforma do Estádio Castelão	623	400	223	-
Manaus	Reconstrução do Estádio Vivaldão	515	375	140	-
Natal	Construção da Arena das Dunas	350	251	100	-
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	330	235	-	95
Recife	Construção de Novo Estádio "Cidade da Copa"	530	397	132	-
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	808	400	408	-
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	592	400	192	-
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820	400	-	420
Total Estádios		6761	4066	2083	612

Fonte: Resolução Gecopa 11

De acordo com o quadro acima, dos 12 estádios para a Copa, 6 serão reformados e 6 serão construídos ou reconstruídos. O custo total dos estádios foi revisado para mais de R\$ 6,7 bilhões, um crescimento de 25% em relação aos custos previstos em janeiro de 2010 (R\$ 5,4 bilhões). Deste total, R\$ 4 bilhões (60,1%) serão financiados por meio de empréstimos obtidos junto ao BNDES. Apenas 3 (Curitiba, Porto Alegre e São Paulo) são de responsabilidade privada e representam 9% dos custos totais em estádios. Dos 9 estádios sob a responsabilidade do governo estadual, 5 (Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) serão construídos por meio de PPPs – parcerias público privadas – e 4 (Brasília, Cuiabá, Manaus e Rio de Janeiro) serão construídos por meio de tradicionais contratos de empreitada, no qual o Estado contrata uma ou mais empresas para executar as obras.

b) Mobilidade Urbana

Um dos principais legados da Copa do Mundo de 2014 serão as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede do torneio. Talvez por isso as obras na área serão as que mais pesarão nos cofres públicos. Boa parte delas será financiada pelo governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, o que permitirá às cidades e seus respectivos Estados diluir os gastos ao longo do tempo.

As informações mais recentes sobre os projetos de cada cidade, seus custos e financiamento podem ser consultadas por meio Resolução Número 11 do Grupo Executivo da Copa (Gecopa), divulgada em julho de 2012, que atualiza a Matriz de Responsabilidade das obras da Copa do Mundo de 2014.

Quadro 4
Obras em Mobilidade Urbana

Cidade	Quantidade	Investimento	Financiamento	Investimento
	de projetos	Global (R\$ mi)	Federal (R\$ mi)	Governo Local (R\$ mi)
Belo Horizonte	8	1351	1023	327
Brasília	2	380	361	19
Cuiabá	3	1454	562	891
Curitiba	9	573	441	133
Fortaleza	6	562	410	152
Manaus	2	1598	800	798
Natal	4	661	361	300
Porto Alegre	10	866	484	381
Recife	5	841	678	163
Rio de Janeiro	1	1884	1179	705
Salvador	-	-	-	-
São Paulo	1	1882	1082	800
Total	51	12050	7381	4669

Fonte: Resolução Gecopa 11

Somam-se 51 projetos nas cidades sedes. Porto Alegre (com 10), Curitiba (com 9) e Belo Horizonte (com 8) são as cidades com maior número de intervenções na área de mobilidade urbana. Respondem, juntas, por 53% do total dos projetos. O custo total das obras está previsto em R\$ 12 bilhões. Deste total, R\$ 7,4 bilhões (61%) serão financiados pela Caixa Econômica Federal. Rio de Janeiro (R\$ 1,9 bi), São Paulo (R\$ 1,9 bi) e Manaus (R\$ 1,6 bi) somam R\$ 5,4 bilhões, ou 45% do valor total.

c) Aeroportos e Portos

Os aeroportos são uma das partes mais delicadas relacionadas à infraestrutura necessária para receber a Copa do Mundo de Futebol. Problemas graves aconteceram recentemente nos aeroportos brasileiros, indicando condições precárias dos serviços aeroportuários e a necessidade urgente de investimentos pesados na área. Isso já era sabido antes da Copa do Mundo de Futebol. Com o grande aumento do fluxo de passageiros provocado pelo evento, entretanto, a urgência se tornou ainda maior. Por isso, todos os aeroportos das cidades sedes passarão por reformas, além do aeroporto de Viracopos, em Campinas, que ajudará a absorver a demanda de voos dos demais aeroportos, especialmente dos de São Paulo. Com relação aos portos, os investimentos serão mais modestos. Isso porque não serão feitas grandes reformas nos mesmos, já que elas se restringirão aos investimentos em terminais turísticos. As reformas dos aeroportos e dos portos são de responsabilidade do Governo Federal, de acordo com a Matriz de Responsabilidade.

Quadro 5
Obras em Aeroportos e Portos

Cidade	Aeroportos			Portos
	Investimento Global (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)
Belo Horizonte	509	509	-	-
Brasília	650	10	640	-
Cuiabá	90	90	-	-
Curitiba	84	84	-	-
Fortaleza	350	350	-	149
Manaus	327	327	-	89
Natal	577	177	400	54
Porto Alegre	579	579	-	-
Recife	20	20	-	22
Rio de Janeiro	845	845	-	314
Salvador	47	47	-	36
São Paulo	2071	651	1420	-
Campinas	1185	5	1180	-
Santos	-	-	-	235
Total	7335	3695	3640	899

Fonte: Resolução Gecopa 11

Conforme pode ser visto no Quadro 5, o custo total das reformas dos aeroportos será de R\$ 7,3 bilhões. Haverá participação da iniciativa privada nos aeroportos de Brasília, Natal, São Paulo e Campinas, num valor de R\$ 3,6 bilhões, equivalente a 49,6% do total. Com relação aos portos, serão investidos cerca de R\$ 900 milhões pelo governo federal.

Quadro 6
Custo total e distribuição por tipo de obra

Cidade		Mobilidade Urbana (%)	Portos e Aeroportos (%)	Total (R\$ mi)	% em relação ao PIB municipal
Belo Horizonte	27%	53%	20%	2.554	6%
..	42%	21%	37%	1.776	1%
Cuiabá	25%	70%	4%	2.063	21%
Curitiba	26%	64%	9%	892	2%
Fortaleza	37%	33%	30%	1.684	5%
Manaus	20%	63%	16%	2.530	6%
Natal	21%	40%	38%	1.642	16%
Porto Alegre	19%	49%	33%	1.775	5%
Recife	38%	60%	3%	1.412	6%
Rio de Janeiro	21%	49%	30%	3.851	2%
Salvador	88%	0%	12%	675	2%
São Paulo	17%	39%	43%	4.773	1%
Campinas**	0%	0%	100%	1.185	4%
Santos**	0%	0%	100%	235	1%
Total	25%	45%	30%	27.045	-

O custo em infraestrutura para a Copa (só no que se refere aos estádios, à mobilidade urbana, aos portos e aos aeroportos) está estipulado em R\$ 27 bilhões. Deste valor, 42% (R\$ 11,5 bilhões) será financiado pelo governo federal, por meio do BNDES e/ou da Caixa Econômica Federal. Do total, apenas 15,7% (R\$ 4,2 bilhões) ficará por conta da iniciativa privada. O restante está dividido da seguinte forma: União (R\$ 4,6 bilhões) e Estados e Municípios (R\$ 6,7 bilhões). As cidades sede com os maiores custos serão São Paulo (R\$ 4,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 3,9 bilhões). Quase a metade dos custos (45%) será com obras em mobilidade urbana (R\$ 12 bilhões). Portos e Aeroportos representam 30% dos custos (R\$ 8,2 bilhões), ao passo que os estádios correspondem a 25% do total (R\$ 6,7 bilhões).

Ao serem comparados os custos das obras em infraestrutura com o PIB de cada município em 2009, nota-se que em algumas cidades tais obras assumem importante dimensão, como em Cuiabá (21%) e Natal (16%). Em outras cidades, representam custos relevantes em relação ao PIB municipal: Manaus (6%), Recife (6%), Belo Horizonte (6%) e Fortaleza (5%). Em São Paulo, apesar de ser a cidade com os maiores custos relacionados com a Copa, tais obras representam uma baixa porcentagem do PIB (1%), mesmo percentual de Brasília. No Rio de Janeiro, lembre-se, muitas obras fazem parte da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

Política de turismo

A preparação para a realização da Copa do Mundo de 2014 implica uma exigência maior no campo dos serviços de turismo no Brasil. Em 2009, o Instituto Brasileiro de Turismo apresentou um conjunto de propostas para aproveitar os estímulos gerados por este megaevento esportivo como impulso ao desenvolvimento do setor (EMBRATUR; FGV, 2009). O documento continha sete diretrizes: serviços e equipamentos turísticos (hospedagem, alimentação, atrativos, centro de atendimento e sinalização); qualificação (segurança, hospedagem, alimentação, receptivo, serviços gerais); marketing (planejamento de ações); gestão pública e governança (linhas de financiamento, articulação e cooperação, coordenação institucional); sustentabilidade (combate à exploração infantil, produção cultural, meio ambiente); acesso (aéreo, rodoviário, aquaviário); e infraestrutura (alocação de recursos).

A estratégia adotada pelo Ministério do Turismo neste campo definiu 4 eixos prioritários de atuação: a) qualificação profissional, b) promoção e imagem, c) requalificação do parque hoteleiro e d) infraestrutura turística. Cada eixo tem um ou mais programas em andamento.

Em relação ao primeiro eixo, o principal projeto é o “Bem Receber Copa”, um programa de qualificação profissional do Ministério do Turismo, em parceria com entidades do setor, que tem como objetivo possibilitar que o setor atinja padrões internacionais de qualidade nos serviços turísticos, com foco em pessoas, empresas e destinos. O objetivo é qualificar 300 mil profissionais até 2013, por meio de cursos presenciais e à distância. O custo previsto é de R\$ 440 milhões. Somam-se outras medidas, como o Programa de Qualificação dos Pequenos Meios de Hospedagem, com investimento de R\$ 3,3 milhões, em uma parceria entre o Sebrae e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), e o Profissional Bom de Copa, com cursos nas 12 cidades-sede, para qualificar profissionais de bares e restaurantes.

Os investimentos relacionados ao segundo eixo (promoção e imagem) se intensificarão após os Jogos Olímpicos de Londres (2012) e devem somar US\$ 20 milhões. Com relação à estratégia de promoção do país no exterior, a prioridade da Embratur é construir uma imagem por meio da qual seja possível mostrar ao mundo que o Brasil oferece muitos atrativos: um povo acolhedor, uma cultura multiétnica, uma gastronomia exótica, um clima agradável, além de praias e muitas atrações turísticas. Outra ferramenta é o site Brasil 360°, destinado à divulgação das 12 cidades brasileiras escolhidas para sediar o megaevento.

No que se refere à requalificação do setor hoteleiro, as ações extrapolam o terreno da melhoria qualitativa dos serviços prestados, uma vez que é fundamental ampliar a oferta de leitos. A FIFA exige que a cidade sede tenha um número de leitos correspondente a 30% da capacidade do estádio. Em 2012, cinco cidades permaneciam deficitárias: Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Cuiabá e Manaus. Estas cidades, portanto, deverão receber a maior parte dos investimentos. A previsão inicial é que, no conjunto do País, seriam feitos investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões no setor hoteleiro. Contudo, com a desaceleração da economia, uma das maiores preocupações das empresas do setor se refere à baixa ocupação dos hotéis depois da Copa, em virtude de uma oferta excedente de leitos no caso do fluxo de turistas não permanecer num patamar mais elevado.

É importante mencionar que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) abriu uma linha especial de crédito para investimentos no setor hoteleiro. O BNDES Procopa Turismo é um programa de financiamento, destinado à construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis nacionais, que conta com a articulação do Ministério do Turismo, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014. Em outubro de 2012, o volume de recursos disponíveis nesta linha de crédito, passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões devido à alta procura pelos recursos. O programa oferece prazos e juros diferenciados para estabelecimentos que adotarem critérios de sustentabilidade (BNDES..., 2012).

Por fim, o quarto eixo, que diz respeito à infraestrutura turística, está diretamente relacionado às reformas nos aeroportos e à mobilidade urbana, temas já abordados anteriormente.

3 Impactos esperados da copa de 2014

No site oficial do Governo Federal sobre a Copa de 2014, a atual previsão dos impactos econômicos gerados pela realização do evento é apresentada por meio de um estudo feito pela empresa de consultoria Value Partners. De acordo com o modelo econométrico usado, os impactos potenciais sobre o conjunto da atividade econômica resultantes da realização da Copa no Brasil podem chegar a quase R\$ 185 bilhões, sendo R\$ 48 bilhões (26%) provenientes dos impactos diretos e R\$ 136 bilhões (74%) provenientes dos impactos indiretos, resultado da “recirculação” do dinheiro na economia. O investimento total em infraestrutura alcançaria em torno de R\$ 33 bilhões (incluindo segurança, TI, telecomunicações e outros). Seriam criados 332 mil empregos permanentes (entre 2010-2014) e 381 mil empregos temporários (em 2014). O aumento no consumo das famílias foi projetado em R\$ 5 bilhões. Por sua vez, o incremento no faturamento do setor turismo seria de R\$ 9,4 bilhões, somando os gastos de 600 mil turistas estrangeiros e 3.100 mil turistas nacionais. E a arrecadação adicional de tributos seria da ordem de R\$ 16,8 bilhões (63% federais). Além disso, um incremento médio anual do PIB de 0,26% entre 2010 e 2014, podendo alcançar 0,40% entre 2010 e 2019 (VALUE PARTNERS BRASIL, 2010).

Outro estudo encomendado pelo Governo Federal foi realizado por uma parceria entre a empresa de consultoria Ernst & Young Brasil e a FGV Projetos. Neste estudo, o impacto total corresponde a um movimento adicional de R\$ 142,4 bilhões no período de 2010 a 2014, considerando um aumento da demanda final de R\$ 29,6 bilhões (21%) relacionado diretamente com a Copa (R\$ 22,5 bilhões em investimentos, R\$ 1,2 bilhões em gastos operacionais e R\$ 5,9 bilhões em despesas de visitantes) e um impacto derivado sobre a produção nacional da ordem de R\$ 112,8 bilhões (79%). No mercado de trabalho, entre 2010 e 2014, pode ocorrer a criação de 3,6 milhões de empregos-ano (postos de trabalho com duração de um ano), incluindo os empregos derivados dos impactos indiretos sobre um amplo conjunto de atividades econômicas. A arrecadação de tributos decorrente desses desdobramentos atingiria o valor de R\$ 18,1 bilhões (ERNST & YOUNG; FGV, 2010). O impacto direto da Copa no

PIB foi estimado em R\$ 64,5 bilhões para o período 2010-2014, valor que corresponde a 1,8% do PIB mensurado pelo IBGE para 2010. Além disso, é importante frisar que este estudo procurou ressaltar que os impactos serão diferentes em cada cidade sede, já que há diferenças em relação ao volume de gastos, ao tipo de financiamento, aos efeitos indiretos, à visibilidade dos parceiros locais, entre outras.

Fica claro que os resultados da mensuração dos impactos prováveis deste megaevento sobre variáveis econômicas dependem da metodologia adotada e dos valores imputados a cada vetor do modelo. De imediato, chama atenção a diferença de mais de R\$ 40 bilhões entre os dois estudos nas previsões de impacto sobre a circulação monetária, assim como a divergência no volume considerado de investimentos programados. É análoga a explicação para a diferença em relação ao incremento esperado na arrecadação tributária. Mais difícil é a comparação dos números relacionados à criação de empregos. No primeiro estudo, somando postos de trabalho permanentes e temporários, projeta-se a criação de 710 mil empregos. No segundo estudo, a projeção parece ser muito exagerada, mas considerando que se trata de um período de cinco anos, obtém-se uma média de 720 mil postos de trabalho por ano. De qualquer modo, ambos os estudos parecem ser muito otimistas em suas projeções.

Ricardo Teixeira, então presidente da CBF e do Comitê Organizador Local, ficou bastante satisfeito com o estudo encomendado, como se depreende do seu discurso na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 8 de novembro de 2011:

Um recente estudo da Ernst Young mostra que o Brasil terá um impacto sobre a sua produção nacional de bens e de serviços de mais de cento e dez bilhões de reais em consequência da Copa do Mundo; uma previsão de arrecadação tributária adicional de quase vinte bilhões de reais. De acordo com esta pesquisa, somente este valor se aproxima da quantia que, estima-se, será investida em obras de infraestrutura nas doze sedes (COMISSÃO..., 2011).

Ainda de acordo com este segundo estudo, as despesas de visitantes gerarão um impacto próximo de R\$ 6 bilhões. A previsão inicial feita pelo Ministério do Turismo era de que o Brasil receberia 600 mil visitantes estrangeiros para a Copa. Considerando um multiplicador do gasto igual a 2 (impactos indiretos) e desconsiderando os efeitos de deslocamento, vazamento e substituição, cada turista teria que gastar em torno de R\$ 5 mil (US\$ 2,5 mil, pela taxa de câmbio em meados de 2012) para que se pudesse chegar ao impacto previsto. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2010, a média de gasto do turista estrangeiro que veio ao Brasil para eventos foi de US\$ 1.516 ou US\$ 119 por dia (FIPE, 2011). Se este valor se mantiver durante a Copa, o tempo médio de permanência do turista no País teria de alcançar 21 dias. Por outro lado, se vierem 500 mil turistas estrangeiros para a Copa, com permanência média de 15 dias e um gasto de US\$ 200 por dia, chega-se ao mesmo resultado monetário, mas com um gasto per capita bem mais elevado.

Feitas estas observações, pode-se argumentar que as projeções divulgadas na mídia superestimaram os impactos esperados para a Copa-2014. O problema, em geral, decorre das seguintes simplificações: i) considerar todos os gastos como geradores de benefícios, sem preocupação com a gestão dos custos; ii) desconsiderar os custos de oportunidade; iii) usar critérios pouco convincentes para a construção do multiplicador; e iv) desconsiderar os efeitos substituição, vazamento e “crowding out” para o cálculo dos impactos esperados (OLIVEIRA DA SILVA, 2011).

Além dessas projeções divulgadas pelo Governo Federal, há outras que devem ser examinadas. Em especial, deve-se mencionar um estudo realizado no Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais, que se baseou no orçamento inicialmente divulgado pelo Ministério do Esporte – que previa um gasto total com investimentos para a Copa da ordem de R\$ 15,4 bilhões (R\$ 10,1 bilhões com infraestrutura e R\$ 5,3 bilhões com estádios) – e chegou às seguintes conclusões gerais (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011):

a) O impacto estimado dos investimentos decorrentes da Copa no Brasil é de aumento de 0,7% no PIB e de 0,5% no nível de emprego, relativamente a um cenário em que este megaevento não ocorresse. O efeito multiplicador dos investimentos é ligeiramente inferior a 1 (0,92). Este efeito positivo sobre o PIB reflete os ganhos de produtividade associados às melhorias da infraestrutura urbana.

b) Levando em conta o tamanho relativo das economias dos 12 estados, 26% do efeito da Copa recairão sobre São Paulo, 13,7% sobre Minas Gerais, 13,5% sobre o Amazonas, 9,6% sobre o Rio de Janeiro, 8,7% sobre a Bahia e 7,9% sobre Pernambuco. Os impactos dos investimentos previstos se concentrarão nos estados com estrutura produtiva mais complexa e integrada. Em termos gerais, o efeito dos investimentos da Copa será próximo de 1 (cada R\$ 1,00 investido tende a gerar cerca de R\$ 1,00 de efeito econômico adicional).

c) As cidades-sedes registrarão um crescimento médio de 1,2% do PIB municipal e do emprego, o que vai representar um acréscimo médio de R\$ 14,7 bilhões nas economias municipais com o equivalente a 158 mil postos de trabalho gerados.

d) Os investimentos da Copa teriam um impacto mais positivo se houvesse maior participação do setor privado e não provocassem uma realocação do gasto público. Quanto maior o uso de dinheiro público no financiamento dos investimentos, menor a capacidade de dinamizar a economia: “[...] o impacto econômico tende a diminuir com o financiamento público para as obras de estádios de futebol, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas” (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 430).

Um megaevento esportivo como a Copa pode provocar um efeito catalisador que eleva o dinamismo da economia (aumentando a renda e o emprego), mas ao mesmo tempo pode provocar efeitos econômicos indesejados, como endividamento público e pressão inflacionária, ou mesmo efeitos ambivalentes. O estudo do Cedeplar demonstra claramente que o saldo tende a ser positivo, mas ficará muito aquém das projeções mencionadas anteriormente. Além disso, o estudo contribui para colocar em discussão as desigualdades regionais no que se refere aos prováveis impactos econômicos.

As obras programadas de infraestrutura urbana são necessárias e não deveriam depender da Copa para serem realizadas. Tais investimentos em infraestrutura, que somam uma quantia expressiva (já se fala num valor em torno de R\$ 28 bilhões), tanto podem ser considerados como custos que precisam ser cobertos por recursos públicos escassos, como podem ser entendidos como ações que vão gerar dinamismo econômico. Por implicar um gasto governamental muito elevado, é natural que haja contestação e preocupação quanto às formas de desembolso.

A Copa tem contribuído para legitimar gastos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura e estabelecer um cronograma de execução dos projetos, induzindo gastos que, apesar de prioritários, poderiam ser adiados em razão de eventuais restrições econômicas. Mecanismos como o Regime Diferenciado de Contratações e os prazos limites para a conclusão das obras (determinados pela data de início da competição), reforçam o efeito catalisador, acelerando os processos de licitação e execução dos projetos. Apesar disso, muitas das obras estão atrasadas, gerando grandes preocupações com a possibilidade de não ficarem prontas em tempo, o que, por sua vez, causaria impactos negativos inestimáveis à imagem do Brasil no cenário internacional. O atraso também pode impactar negativamente quando acarreta um aumento de custos. Foi o caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro. Não obstante, se for possível evitar que os compromissos assumidos impliquem um forte endividamento dos estados e municípios envolvidos, o legado em infraestrutura, especialmente no que se refere à mobilidade urbana e aos aeroportos, pode ser um dos maiores benefícios relacionados à realização da Copa no Brasil.

Por sua vez, a divulgação da Matriz de Responsabilidades e o acompanhamento sistemático da execução das obras da Copa na mídia constituem avanços importantes, na medida em que contribuem para uma maior transparência nas ações e gastos públicos e para um envolvimento maior da sociedade

civil. Mas, tal comprometimento com a transparência e controle dos gastos (em nível federal, estadual e municipal) é apenas o primeiro passo. Para alcançar o sucesso em relação aos benefícios potenciais da realização da Copa do Mundo e reduzir os riscos de prejuízos, também é preciso equilibrar as fontes de financiamento e escolher o modelo mais adequado de gestão dos estádios e aeroportos, ou seja, garantir a participação do setor privado.

Dentre as obras de infraestrutura, as relacionadas aos estádios possuem algumas especificidades. Diferentemente das outras obras de infraestrutura, podemos relacionar a construção e/ou reforma destes exclusivamente à Copa. Eles representam claramente um custo de oportunidade, na medida em que são obras “dispensáveis”, que servem mais aos interesses da FIFA, patrocinadores e construtoras do que às demandas das populações residentes nas cidades-sede. Note-se que os governos estaduais são os principais financiadores dos estádios (com exceção daqueles financiados pela iniciativa privada). Além disso, depois da Copa, alguns destes estádios correm o risco de ficar ociosos e não gerarem receitas suficientes para cobrir os custos de manutenção. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), os estádios Vivaldão (no Amazonas), Mané Garrincha (em Brasília), Verdão (em Mato Grosso) e a Arena das Dunas (no Rio Grande do Norte), não somente em virtude de serem locais com pouca tradição no futebol, mas também pelas médias históricas de público pagante e valor do ingresso, podem se tornar “elefantes brancos”, construções grandiosas que têm pouco uso, se tornam deficitárias e exaurem recursos que poderiam ser aplicados em outras rubricas. Os clubes de futebol dos três Estados citados e também os do Distrito Federal estão fora da primeira divisão do Campeonato Brasileiro e raramente chegam à elite do futebol nacional. Além disso, de acordo com a Matriz de Responsabilidades, dos 4 estádios citados, apenas o de Brasília será construído e administrado por meio de parceria público-privada (PPP). Os outros três serão de responsabilidade exclusiva dos governos estaduais. Ou seja, além dos custos de construção e reforma, os custos de manutenção destes estádios também serão pagos com dinheiro público. Em suma, nestes casos, é grande a chance de ficar um legado negativo.

Por outro lado, alguns estádios poderão deixar um legado positivo, na medida em que contribuirão para o desenvolvimento local e na medida em que corresponderem a projetos exitosos de “arquitetura icônica”. Apesar de não haver uma definição precisa para o termo, as características dos projetos de arquitetura icônica são basicamente as mesmas: altamente inovadores, normalmente não são “práticos” e “funcionais”, mas são únicos e marcantes (DU PLESSIS; MAENING, 2007). Construções icônicas podem se tornar pontos de referência de uma cidade e dar um estímulo para a construção de outros tipos de instalações recreativas, atrativas tanto para os habitantes locais quanto para os turistas. Estádios mais novos, bonitos e seguros são mais atrativos, podendo reverter no aumento da frequência de torcedores nos jogos, os quais ficam mais satisfeitos com um espaço “moderno” de lazer. Por sua vez, se forem arenas multiuso (para shows de música, rodeios e grandes assembleias) ou se oferecerem outras opções (museu, restaurante, shopping, academia), podem gerar receitas adicionais. Além disso, as receitas dos clubes tendem a aumentar com a maior capacidade de público e a elevação do preço dos ingressos.

Do ponto de vista do mundo do trabalho (DIEESE, 2012), supõe-se que a Copa terá um impacto maior sobre a geração de empregos em alguns ramos de atividade, em especial: construção civil, indústria de alimentos, indústria de bebidas, turismo e hotelaria. E que tal efeito será percebido no período de preparação e durante a realização do torneio, concentrando-se nos mercados de trabalho das metrópoles que vão receber as delegações. Mas, como muitos empregos são temporários ou gerados de modo indireto, este impacto tende a se diluir nos meses posteriores ao megaevento:

Com os investimentos e eventos da Copa, haverá aumento dos empregos temporários e incremento nos postos de trabalho permanentes, que pode gerar um aumento da procura por ocupação, significando expansão da população economicamente ativa. Num segundo momento (pós-Copa), haverá o fim dos

empregos temporários gerados pela construção das obras e pelos eventos e a manutenção dos postos permanentes criados com a construção e manutenção dos estádios, arenas, hotéis, pousadas e outras instalações. Assim, haverá a acomodação dos mercados de trabalho metropolitanos, o que reduzirá o volume de ocupados, mas manterá a ocupação em patamares superiores ao período pré-Copa. Pelo lado do desemprego, é esperado que parcela significativa dos demitidos com o fim dos empregos temporários continue a pressionar o mercado de trabalho, aumentando o volume e a taxa de desemprego, porém ainda em patamares inferiores ao período anterior (DIEESE, 2012, p. 8).

Note-se ainda que, no caso específico dos trabalhadores da construção, a preparação para a Copa está motivando greves e paralisações nas obras dos estádios selecionados, com pauta de reivindicações referentes a aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (segurança, salubridade e alimentação), aumento do valor da hora extra, fim das jornadas de trabalho muito prolongadas e concessão de benefícios (plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte) (DIEESE, 2012, p. 7).

Convém acrescentar que, do ponto de vista das expectativas predominantes no mundo corporativo, prevalece um grande otimismo em relação à atmosfera positiva provocada pela realização deste megaevento esportivo no Brasil. Sondagem recente feita por uma empresa de consultoria radicada em vários países indica que 78% dos líderes empresariais brasileiros entrevistados acreditam que a realização da Copa do Mundo de 2014 no país vai ser benéfica para a economia nacional (GRANT THORNTON, 2011).

Não se pode deixar de mencionar os impactos esperados em alguns segmentos econômicos específicos. Uma edição da Copa do Mundo geralmente aquece o mercado publicitário durante os meses que antecedem o torneio e gera receitas adicionais para as empresas de comunicação e para as agências de publicidade, além de demandar uma série de serviços especializados dos mais diversos tipos. No caso do Brasil, tais impactos devem se concentrar em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas poderão ser percebidos em vários pontos do território nacional.

Com relação ao turismo, apesar de constituir um importante canal de impacto direto na economia, a previsão dos seus efeitos é cercada de muitas incertezas e mesmo a sua mensuração posterior é difícil de ser feita com precisão. De fato, os impactos econômicos provocados pela atividade turística são os mais difíceis de prever, pois, ao contrário dos gastos do Comitê Organizador e dos gastos em infraestrutura, a atividade turística tem um caráter altamente difuso e não é centralmente planejada, ficando os investimentos no setor fora do âmbito das decisões governamentais. Além disso, flutuações na demanda podem ocorrer por motivos imponderáveis, frustrando as expectativas dos empresários do setor.

De qualquer modo, convém esclarecer que o Brasil tem recebido cerca de cinco milhões de turistas por ano. Em 2014, a expectativa é de receber 600 mil visitantes durante a Copa do Mundo e 7,2 milhões de turistas em todo o ano. Já em 2016, o número de viajantes estrangeiros poderia chegar a 10 milhões de pessoas, de acordo com os cálculos oficiais mais otimistas.

Portanto, é preciso ressaltar que os impactos relacionados com o aumento da demanda turística não se limitam ao período de disputa da Copa (podendo começar com antecedência e se postergando nos anos subsequentes), que há diferenças expressivas na oferta de serviços turísticos entre as cidades e regiões envolvidas diretamente com o torneio e que outras cidades (aquelas que pleiteiam ser subsede) estão procurando aproveitar a oportunidade para impulsionar o turismo e atrair investimentos. Sem dúvida, os impactos serão diferentes entre as 12 sedes, inclusive porque há cidades onde estão previstos 6 ou 7 jogos – Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza – e cidades onde haverá apenas 4 jogos da primeira fase do torneio – Curitiba, Cuiabá, Manaus e Natal. Pode-se dizer que o desafio em cada estado/região vai além do esforço da preparação para receber um maior número de turistas durante o torneio e de explorar intensamente a Copa para divulgar seus atrativos. Trata-se de

uma oportunidade única para elevar de forma perene o fluxo anual de turistas estrangeiros e alavancar as atividades ligadas ao turismo internacional.

Considerações finais

A Copa do Mundo de Futebol é um acontecimento ímpar, que transcende o campo esportivo. Sua realização afeta distintas esferas da vida social, em especial a esfera política e a econômica, não se restringindo às cidades que sediam os jogos, sendo capaz até mesmo de afetar a autoestima de um povo ou a imagem de uma nação no cenário internacional. Pode-se afirmar que, no caso dos países em desenvolvimento, hospedar este megaevento ganha uma importância econômica e política ainda maior.

Em um mundo onde o sentido do desenvolvimento é, em alguma medida, determinado pelos fluxos do capital internacional, a realização de uma edição da Copa significa para o país sede (e, particularmente, para as cidades que recebem as partidas) uma ótima oportunidade de ampliar investimentos, atrair empresas de porte internacional e estimular novas frentes de negócios. Em virtude da dimensão econômica adquirida por esse megaevento nas duas últimas décadas, é essencial a participação do Estado na candidatura, no planejamento e na preparação da infraestrutura do torneio, o que implica em consequências que variam conforme o país. De acordo com o discurso hegemônico de cunho neoliberal, defensor das virtudes do livre-mercado, o papel do Estado nacional é garantir as melhores condições para que a iniciativa privada prospere. Contudo, a decisão de como distribuir o gasto público remete para o âmbito das correlações de forças políticas, no qual se defrontam distintas demandas econômicas e sociais. Como os benefícios e os ônus não são distribuídos de forma equitativa entre segmentos econômicos, entre grupos sociais ou entre as cidades sedes, convém examinar o papel do Estado (em especial o Poder Executivo, com seus três níveis de governo) com relação à Copa do Mundo.

No caso de países emergentes, como a África do Sul e o Brasil, com carências de infraestrutura (por exemplo, na área de transporte) para a recepção de um megaevento de tamanhas proporções, os custos são muito elevados e é o Estado que arca com a maioria deles. Como visto, os custos de oportunidade são expressivos, na medida em que os gastos direcionados para a modernização da infraestrutura exigida são feitos em detrimento de outros (educação e saúde, por exemplo). De fato, a Copa provoca um efeito ambíguo. Por um lado, funciona como um catalisador de investimentos, acelerando a construção e/ou reforma de aeroportos, portos e obras de mobilidade urbana. Por outro, pode exigir o adiamento de investimentos públicos em outras áreas.

Além do mais, muitos benefícios propiciados tendem a se concentrar nas cidades que sediam as partidas ou que hospedam as delegações (subsedes), mas não ocorrem de forma equânime, nem são proporcionais aos gastos efetuados em cada cidade. Assim, a decisão de como alocar os recursos públicos para tal finalidade também remete a questões relativas à reprodução de desigualdades regionais e aos riscos de desequilíbrios fiscais localizados.

De modo a legitimar um volume de gastos muito elevado, o governo federal e os governos estaduais se apoiam em estudos de impactos econômicos que superestimam os resultados esperados e alimentam altas expectativas em relação aos efeitos positivos da Copa. Alguns estudos introduzem hipóteses que simplificam por demais as projeções e ignoram preceitos econômicos básicos, uma vez que suas motivações parecem estar associadas com a necessidade de convencimento da opinião pública. Avaliações posteriores à realização de vários megaeventos esportivos demonstram claramente haver um grande exagero nas expectativas iniciais divulgadas nos discursos e documentos oficiais. No Brasil, também tem sido assim.

Um dos setores da economia que, potencialmente, poderia receber mais impactos relativos à Copa de 2014 é o turismo. Inclusive, cidades onde não haverá jogos também poderão divulgar seus atrativos, receber mais turistas estrangeiros e atrair investimentos. Há que se considerar, porém, algumas particularidades do setor, como os efeitos “crowding out”, substituição e vazamento. Além disso, há indícios de que, até o momento, os investimentos na rede hoteleira e na infraestrutura de apoio estão muito aquém do que seria preciso para produzir um salto de qualidade na “indústria do turismo” brasileira.

Entre os impactos relacionados à realização da Copa, também são muito valorizados os chamados impactos intangíveis, ou seja, aqueles de caráter subjetivo e cuja mensuração é ainda mais complexa que a dos impactos econômicos tangíveis. Por exemplo, a mudança positiva da imagem internacional, sempre citada, está associada diretamente ao modelo de desenvolvimento baseado na atração de um fluxo substantivo de capital externo em busca dos melhores locus de valorização. Por isso, tem havido grande preocupação das autoridades competentes no sentido de tomar medidas capazes de reduzir os riscos de falhas grosseiras, já que uma imagem negativa resultante de uma Copa mal organizada pode causar danos à imagem internacional do País.

Diante das evidências contrárias às projeções superestimadas de impactos econômicos, os “legados” são atualmente apresentados como os maiores benefícios associados aos megaeventos esportivos. Mas, sem negar o potencial da Copa de promover legados importantes no Brasil, é preciso alertar para a possibilidade de legados negativos, como no caso dos “elefantes brancos”: os modernos estádios construídos para a realização da Copa que, depois do torneio, podem ficar subutilizados e não gerar receitas que cubram os custos de manutenção. De qualquer forma, os atuais governos dos estados onde é grande o risco disto acontecer não parecem muito preocupados, uma vez que serão outras administrações que terão de equacionar o elevado custo anual que pesará sobre os cofres públicos.

Em adição, é preciso frisar que a atuação do Estado produzirá impactos e legados que certamente não serão homogêneos entre as regiões metropolitanas envolvidas. Provavelmente, algumas conseguirão aproveitar melhor a oportunidade de alavancar o turismo internacional, ao passo que outras serão mais prejudicadas por legados negativos ou pelo aumento dos custos em razão do atraso das obras. De fato, examinando o volume previsto de gastos e a projeção realista dos resultados esperados, o cálculo da relação “custo x benefício” é mais favorável em alguns casos do que em outros. De qualquer forma, há vários fatores difíceis de ponderar com antecedência e que podem fazer a balança pender para o lado dos custos ou para o lado dos benefícios.

Pelo fato de acontecer simultaneamente em vários pontos do País, a Copa do Mundo exige uma complexa coordenação entre a União, Estados, Municípios e a iniciativa privada. O aprimoramento das relações entre estas diferentes esferas e a aprendizagem resultante disso podem constituir um legado positivo da realização do megaevento no Brasil. Por enquanto, o grau de coordenação ainda é insatisfatório, mas fica a expectativa de que as relações institucionais se tornem mais cooperativas, as decisões sejam tomadas de modo mais ágil e os resultados sejam mais eficazes.

Em suma, o comprometimento com a transparência e o controle eficiente dos gastos, a fonte de financiamento (federal, estadual, municipal ou via mercado) das obras, o modelo de gestão de estádios e aeroportos (por meio da administração pública, PPP ou iniciativa privada), o peso das dívidas contraídas no orçamento público, a influência sobre os indicadores econômicos, dentre outros, são fatores que poderão pesar na determinação do sucesso ou fracasso do Brasil (e das cidades escolhidas) quando forem avaliados os impactos da realização da Copa do Mundo de 2014. Mas, é provável que, se o saldo no balanço econômico for positivo – isto é, se os ganhos verificados para alguns segmentos empresariais superarem os prejuízos indiretamente provocados em outros –, pouco vai importar se foi a sociedade

brasileira quem arcou com os custos da festa ou se não foram obtidas melhorias efetivas (ainda que não duradouras) para a população em geral. Claro, desde que a seleção nacional seja campeã mundial mais uma vez...

Cumprе lembrar, ainda, que o futebol se transformou nas últimas décadas em um grande negócio global, que movimentа bilhões de dólares anualmente. Considera-se a Copa como parte fundamental deste mercado bilionário. É um exemplo paradigmático de como é possível explorar ao máximo as receitas provenientes dos direitos televisivos, dos contratos de publicidade, das estratégias de marketing e da associação com grandes investidores. Sem dúvida, o espetáculo proporcionado pela Copa pode ser entendido como um ativo fundamental para as emissoras de TV e um meio de propaganda incomparável para as empresas que associam suas marcas ao torneio. Deste modo, junto com a FIFA, os grupos de comunicação e as corporações patrocinadoras estão entre os maiores beneficiados com a realização deste megaevento.

Mas, o foco não está nos lucros que serão apropriados pelos donos da festa. Só se fala nos impactos econômicos potenciais e nos legados esperados para o conjunto da sociedade. Já é possível antever, mesmo sem precisão, quais segmentos econômicos vão ganhar com a realização da Copa no Brasil e quais ficarão excluídos. Da mesma forma, entre os setores sociais, não é difícil prever com alguma margem de erro quem perderá e quem ganhará em cada região do País. Pode-se, então, perguntar: As decisões de gasto público no megaevento serão legitimadas pela sociedade brasileira em razão dos impactos obtidos e dos legados efetivamente deixados? Qual a posição dos formadores de opinião? Pode o Estado interferir na distribuição dos benefícios e dos ônus entre segmentos econômicos e entre setores sociais? São questões que podem contribuir para um debate sério, que vá além da oposição simplista entre otimistas e pessimistas.

Referências bibliográficas

ALMERS, S.; MAENING, W. South Africa 2010: Economic scope and limits. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 21, Hamburg, 2008.

AMATO, C. Weighing the World Cup's worth. *Times Live*, 22 August 2010. Available in: <<http://www.timeslive.co.za/business/article615086.ece/Weighing-the-World-Cups-worth>>

BNDES amplia para R\$ 2 bi orçamento do Procopa Turismo. Portal do Ministério do Turismo. Notícias. Brasília, 2 out. 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121002-2.html>

BOHLMAN, H; VAN HERDEEN, J. Predicting the economic impact of the 2010 FIFA World Cup in South Africa. Pretoria-SA: Department of Economics University of Pretoria, 2008.

BOSCH, M. Copa vai criar mais empregos para a África do Sul, diz Zuma. Reuters, 22 jun. 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRSPE65L06620100622?sp=true>>

EMBRATUR; FGV. *Caderno de propostas estratégicas de organização turística das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014*. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo. Ministério do Turismo, julho de 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/BRASIL_final_NOVO.pdf>

BRENKE, K.; WAGNER, G. The Soccer World Cup in Germany: a major sporting and cultural event – but without notable business cycle effects. Berlin, *DIW Berlin Weekly Report*. v. 2, n. 3, p. 23-31, 2006.

BURNETT, C. Assessing development of the 2010 soccer World Cup. Johannesburg, Department of Sport and Movement Studies, University of Johannesburg, 2008.

COTTLE, E. A preliminary evaluation of the impact of the 2010 FIFA World Cup™ in South Africa. Cape Town-SA: Swiss Labour Assistance, September, 2010. Available in: <<http://www.sah.ch/data/D23807E0/ImpactassessmentFinalSeptember2010EddieCottle.pdf>>.

COMISSÃO especial da Lei Geral da Copa recebe representantes da FIFA e da CBF. Brasília, Ministério do Esporte, Notícias de Rádio, 08.nov.2011. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/ascom/radioVisualizarNoticia.jsp?IDNoticia=594>>

DIEESE. Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil, *Nota Técnica*, Dieese, São Paulo, n. 110, maio, 2012.

DOMINGUES, E. P.; BETARELLI JR., A. A.; MAGALHÃES, A. S. Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-439, abr.-jun. 2011.

DU PLESSIS, S.; MAENING, W. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.

DUMINY, J.; LUCKETT, T. *Mega-events and the working poor, with a special reference to the 2010 FIFA World Cup*. South Africa: African Centre for Cities-University of Cape Town; WIEGO, April 2012. (Literature survey)

ERNST & YOUNG; FGV. *Brasil Sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. Rio de Janeiro: Ernst & Young Brasil; FGV Projetos, 2010. Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/922.pdf>>.

FIFA. *Fifa Financial Report 2010*. Zurich: Fédération Internationale de Football Association, 2011.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). *Estudo da demanda do turismo internacional no Brasil*. Brasília, Ministério do Turismo, 10 out. 2011. Disponível em: <<http://www.setur.df.gov.br/sites/400/450/00000124.pdf>>.

GRANT THORNTON. SA 2010 FIFA World Cup a year in review: R40bn well spent with some areas still to be leveraged. *Grant Thornton News*, South Africa, 9 jun. 2011. Available in: <<http://www.gt.co.za/news/2011/06/sa-2010-fifa-world-cup-a-year-in-review-r40bn-well-spent-with-some-areas-still-to-be-leveraged/>>

GRANT THORNTON. *International Business Report 2011*. Focus on: Brazil (Economy Focus Series). Grant Thornton Brasil, 2011. Available in: <http://www.grantthornton.com.br/images/src/ibr_2011%20-%20brazil%20economy%20focus%20final.pdf>.

GUISELINI, T. *Estudo econômico da Copa do Mundo de Futebol - WM Deutchland - 2006*. Campinas: Unicamp, 2008. (Monografia, Graduação em Ciência Econômica)

ILHA, F. Benefícios são discutíveis. *Zero Hora*, Porto Alegre, ed. 16358, 6 jun. 2010.

KFOURI, J. A Copa do Mundo é nossa? *Interesse Nacional*, n. 15, São Paulo, 2011.

KIM, H.; GURSOY, D.; LEE, S. The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games. *Journal of Tourism Management*, vol. 27, n. 1, p. 86-96, 2006.

KUPER, S.; SZYMANSKI, S. *Soccernomics: why England loses, why Germany and Brazil win, and why the U.S., Japan, Turkey and even Iraq are destined to become the kings of the world's most popular sport*. New York: Nation Books, 2009.

MAENNIG, W.; PORSCHE, M. The feel-good effect at mega sport events: recommendations for public and private administration informed by the experience of the Fifa World Cup 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 18, Hamburg, 2008.

MATHESON, V. Mega-events: the effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies. In: HOWARD, D; HUMPHREYS, B. (eds.) *The business of sports*. Westport, USA: Praeger, 2008, v. 1, p. 81-99.

MINISTRO do Turismo, Luiz Barretto. Entrevista. Portal do Ministério do Turismo, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/copa_cabeca/detalhe/entrevista_ministro.html>

OLIVEIRA DA SILVA, L. *Impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos: uma visão crítica da Copa de 2014*. Campinas: Unicamp, 2011. (Monografia, Graduação em Ciências Econômicas)

PRONI, M. W. Economia do esporte: um campo de estudo em expansão. In: TURTELLI, S. (org.) *Esporte em foco*. Bauru, Unesp: Cultura Acadêmica, 2010.

SALGADO, D. Financiamento e superoferta pós-Copa desafiam setor hoteleiro. São Paulo. Portal da Copa. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7755/financiamento+e+superoferta+poscopa+desafiam+setor+hoteleiro.html>>.

SAUNDERS, G. Update economic impact of the 2010 FIFA World Cup. *Grant Thornton Strategic Solutions*, South Africa, 30.april.2010. Available in: <http://www.satsa.com/Downloads/Grant_Thornton_2010_economic_impact_update_300410.pdf>

SILVA, O. Faremos a melhor Copa da história. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2011.

TUROLLA, F. A economia da Copa. *Conjuntura da Infraestrutura*, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, São Paulo, 2009.

VALUE PARTNERS BRASIL. *Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil*. Brasília: Ministério do Esporte, 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>>.

ZAMPIERI, A. C. Especialistas questionam real impacto da Copa de 2014 no país. Portal IG, 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/mercados/especialistas+questionam+real+impacto+da+copa+de+2014+no+pais/n1237683217119.html>>.

